



## FORMULÁRIO INOVAÇÃO AP

1	Designação	<b>Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses</b>
2	Problema que procurou solucionar	<p>Percebendo o impacto que as cidades cada vez mais têm nos desafios ambientais globais e o papel que elas desempenham para encontrar soluções ambientalmente sustentáveis, entendeu-se crítico aplicar ao contexto local português, uma metodologia reconhecida cientificamente a nível internacional - a Pegada Ecológica, que permite ter uma melhor perceção dos impactos sobre os recursos naturais das atividades de consumo desses territórios. A ausência de dados científicos ambientais que avaliem o impacto das atividades de consumo ao nível local no nosso território é uma realidade. Para além disso, os indicadores de sustentabilidade são, ainda hoje, quase inexistentes ao nível municipal, não permitindo comparar municípios ou sequer perceber os desafios comuns que estes enfrentam ou a forma como estão a contribuir para compromissos de desenvolvimento sustentável críticos a nível mundial, como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas. O sistema estatístico nacional é muito frágil a este nível e os municípios recolhem dados que não são sistematizados, harmonizados, comparados e, na sua maioria, nem sequer são comunicados à população em geral.</p>
3	Como surgiu a ideia	<p>Para serem resilientes e bem-sucedidos, os municípios precisam de encontrar formas de atuar e de proporcionar uma vida próspera aos seus cidadãos, dentro dos limites do planeta, e para isso é necessário tomar decisões mais informadas. Em 2011, Portugal detinha a 9ª Pegada Ecológica mais elevada entre 24 países do Mediterrâneo, com 3,3 hectares globais (gha) <i>per capita</i>, enquanto a sua biocapacidade era, para o mesmo período, de aproximadamente 1.5 gha per capita. Como podem as cidades e os governos locais de Portugal contribuir para atingir o objetivo de vivermos apenas com os recursos de 1 planeta, dentro de algumas décadas? Este foi o desafio de partida que nasceu da conjugação de esforços de 3 pessoas (Paulo Magalhães, da ZERO; Alessandro Galli, da Global Footprint Network; e Sara Moreno Pires, da Universidade de Aveiro) que ao trabalharem num outro projeto conjunto (Casa Comum da Humanidade) entenderam ser o momento oportuno para estruturar um projeto inovador para o contexto local Português. É importante referir que poucas cidades no mundo (cerca de 40, desde 1996) calcularam a sua Pegada Ecológica e que nunca se desenvolveu um projeto a nível nacional (centrado num só país) com este foco no contexto municipal/local. Os desafios de políticas de sustentabilidade são cada vez maiores, o que justifica o surgimento desta ideia.</p>

		<p>O projeto foi estruturado com 3 objetivos em mente: avaliar e conhecer as pressões e os contributos dos territórios municipais para a sustentabilidade do Planeta, utilizando/adaptando uma metodologia reconhecida cientificamente a nível mundial (1º ano); comunicar e envolver todos na procura de políticas, instrumentos e soluções que minimizem as pressões e valorizem os contributos positivos (nomeadamente ao nível da biocapacidade) (2º ano); propor instrumentos políticos inovadores de âmbito nacional e local que contribuam para posicionar Portugal como um país a seguir em práticas inovadoras de sustentabilidade (3º ano).</p>
4	<p>Quem beneficiou</p>	<p>Acreditamos que uma das mais valias deste projeto resulta da parceria estratégica que se estabeleceu entre uma ONG internacional de reconhecido mérito científico (Global Footprint Network), uma jovem ONG portuguesa que olha para as questões de sustentabilidade de forma transversal e a diversas escalas territoriais (ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável) e um Centro de Investigação na área de Políticas Públicas classificado com Excelente (GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas) da Universidade de Aveiro (com o seu reconhecido mérito de ligação ao território) com a clara finalidade de aliar informação, conhecimento científico e capacidade de mobilização às políticas públicas e ao papel que a administração pública deve desempenhar na transição para a sustentabilidade. Seis municípios portugueses foram pioneiros a juntar-se ao projeto (e são os municípios os verdadeiros motores do projeto, uma vez que são as entidades financiadoras). Todo o processo tem permitido envolver a comunidade local (decisores, empresas, terceiro setor, cidadãos) na perceção dos seus impactos no planeta e debater em conjunto soluções a várias escalas para inverter as tendências desfavoráveis. Com o impacto mediático e a projeção que o projeto acabou por ter nos meios de comunicação social locais e nacionais, mais 4 municípios irão juntar-se ao projeto até final de julho de 2019.</p>
5	<p>Calendário da execução</p>	<p>O projeto teve início em janeiro de 2018 e tem data prevista de conclusão a 31 dezembro de 2020. O primeiro ano (2018) estimou a pegada ecológica e a biocapacidade dos municípios envolvidos; o segundo ano (2019) desenvolveu e implementou as 'Calculadoras Individuais' da pegada ecológica em cada município e pretende debater com os cidadãos e partes interessadas dos municípios as implicações dos resultados e as opções de mitigação, com o auxílio de 'calculadoras <i>online</i>' da pegada ecológica; o terceiro ano (2020) pretende estudar e propor instrumentos e políticas que reforcem a coesão e equidade territorial com o objetivo de promover a gestão sustentável do território.</p>
6	<p>Resultados alcançados</p>	<p>Os resultados são difíceis de medir em termos de números, sobretudo também porque o projeto ainda só vai a meio da sua execução. Três (3) entidades coordenadoras, 6 municípios</p>

		<p>parceiros e mais 4 que irão aderir até julho (fora inúmeros contactos que o projeto está a ter com outros). O cálculo da Pegada ecológica e da biocapacidade de cada município ajudou a identificar as questões de maior urgência para orientar a ação política e mobilizar todos (por exemplo, a alimentação revelou-se o setor de consumo mais impactante em todos os municípios, bem acima do setor dos transportes, provocando uma alteração das perceções dos decisores políticos quanto às prioridades de política de sustentabilidade). Ajudou os governos locais a avaliar o capital natural do seu território (através da biocapacidade), a compará-lo com os outros municípios e a perceber a sua contribuição para o país, bem como a perceber o impacto da procura desse capital natural disponível. Acreditamos também, com o recente lançamento das 'Calculadoras individuais' da pegada ecológica em cada município parceiro - ferramenta de comunicação mundialmente reconhecida como eficaz na sensibilização dos cidadãos e no aumento do envolvimento da comunidade -, trará resultados muito positivos para cada município na conjugação de múltiplos esforços, de diferentes atores, para atuar sobre os <i>hotspots</i> identificados. Finalmente, a realização de ações de formação "Embaixadores da Pegada Ecológica" em todos os municípios aderentes permitiu formar uma rede de cerca de 150 cidadãos disseminadores da mensagem da urgência de atuar na redução da pegada ecológica.</p>
7	Entidade promotora	<p>Global Footprint Network (GFN)          Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), da Universidade de Aveiro          ZERO (Associação Sistema Terrestre Sustentável)</p>
8	Interlocutor	<p>Sara Moreno Pires, Investigadora da Universidade de Aveiro, Coordenadora Científica do Projeto</p>
9	Entidades parceiras	<p>Câmara Municipal de Almada (CMA)          Câmara Municipal de Bragança (CMB)          Câmara Municipal de Castelo Branco (CMCB)          Câmara Municipal de Guimarães (CMG)          Câmara Municipal de Lagoa (CML)          Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG)</p>
10	Para saber mais	<p><a href="https://www.pegadamunicipios.pt/">https://www.pegadamunicipios.pt/</a></p>

DIREITOS DE UTILIZADOR: Este formulário destina-se à recolha de informação sobre práticas inovadoras de gestão pública e posterior divulgação dos projetos pelos meios de comunicação do INA. Lembramos que, a qualquer momento, poderá exercer o direito de retirar o consentimento anteriormente concedido, pedir a correção, modificação, restrição ou eliminação dos seus dados pessoais. O exercício desta intenção pode ser feito por e-mail para: [projetos.inovacaoap@ina.pt](mailto:projetos.inovacaoap@ina.pt)

DATA DE RECEÇÃO DO FORMULÁRIO: 03.06.2019